



Agenda Brasil Sustentável

Propostas dos candidatos à Presidência da República

Eixo - Respeito aos Limites do Planeta

Economia de Baixo Carbono e Política Nacional sobre Mudanças Climáticas

Síntese do Conteúdo da Agenda Brasil Sustentável sobre os Temas

Promoção de uma economia de baixo carbono

Visão de desenvolvimento de longo prazo que leve o Brasil a um caminho que nos permita lidar com nossas vulnerabilidades, com os riscos impostos e com as oportunidades oferecidas pelas mudanças climáticas de forma estratégica.

Desenvolvimento de uma estratégia nacional de redução de emissões:

- Implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas
- Planos de governo devem incluir uma estratégia nacional de longo prazo de desenvolvimento baseado em redução progressiva de emissões e em resiliência às mudanças climáticas assegurando:
 - Desmatamento zero;
 - Aumento progressivo de medidas de eficiência energética;
 - Aumento da participação de fontes renováveis na matriz de energia (solar, termo-solar, eólica e os combustíveis renováveis);
 - Ampliação da agricultura de baixo carbono a todos os planos agrícola e pecuário;
 - Definição de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa ambiciosas (2 graus celsius), correspondentes à responsabilidade e capacidade do Brasil;
 - Plano nacional de adaptação às mudanças climáticas que inclua ações voltadas para todas as nossas vulnerabilidades regionais, setoriais, rurais, urbanas e costeiras.



1. Matriz comparativa

Propostas ou posições dos Programas/Diretrizes dos Candidatos em relação ao tema Mudanças Climáticas

Tema	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Economia de Baixo Carbono	Estímulos à agricultura de baixo carbono, produção de bens industriais e inovação tecnológica; estímulos e investimentos em tecnologias de baixo carbono; fomento e aumento da participação de e em energia renovável na matriz de energia; medidas e fomento a eficiência energética; políticas tributárias.	Fortalecimento da estrutura produtiva em direção à economia de baixo carbono.	Estímulos à economia de baixo carbono e de combate ao aquecimento global (agricultura mais limpa, combate ao desmatamento, energias renováveis, transporte público limpo); adoção do IDH associado a parâmetro ambiental (evolução da taxa de desmatamento, ou evolução dos níveis de emissão de gás efeito estufa) como substituto ao PIB; acréscimo de metas socioambientais ao superávit primário, câmbio flutuante e metas inflacionárias com responsabilidade fiscal, como critério de desempenho dos governos federal,	Transferência modal do transporte de cargas de rodoviário para aquaviário e ferroviário; Diminuição da dependência da energia a partir de fontes fósseis em usinas e sistemas de transporte, a partir do estabelecimento de metas e prazos para redução das emissões de gases de efeito estufa.	Implementação de Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento pela Descarbonização da Economia; Massificação de práticas ambientalmente sustentáveis; Fortalecer a Agenda Ambiental na Administração Pública; Reforma tributária como indutora de investimentos em atividades de baixa emissão de carbono e de uso sustentável dos recursos naturais; Recuperação revitalização da produção de biocombustíveis no país; Estabelecimento de programas de compensação financeira por serviços de preservação de recursos naturais e	Desestatização e abertura do mercado para produção e distribuição de energia, com ênfase na variedade de fontes abundantes, como energia solar, hidrelétrica, eólica, nuclear e biomassa; Incentivo a substituição das tecnologias poluentes através da abertura de crédito de fácil acesso.



			estaduais e municipais; Reforma tributária, com retirada de incentivos a atividades carbono intensivas; Descarbonização da matriz energética.		de conservação da biodiversidade para comunidades tradicionais e agricultores familiares; . Precificação de emissões de CO2 no setor energético.	
--	--	--	---	--	---	--



Tema		Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Política Nacional sobre Mudança do Clima	Governança climática	Fortalecimento da governança das instituições encarregadas da formulação de políticas, gestão e regulação do setor de energia.	Não cita.	Criação do Ministérios do Meio ambiente, Recursos Hídricos, Energia, Cidades e do Ministério da Amazônia.	Criação do Ministério da Ecologia e Justiça Socioambiental, agregando algumas das funções do Ministério do Meio Ambiente (licenciamento e fiscalização) e conservação ambiental (áreas protegidas) com algumas das funções desenvolvidas hoje por outros ministérios, como o de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Agricultura, Transportes e Pesca.	Estabelecimento de governança climática robusta, com criação do Conselho Nacional de Mudanças Climáticas (orientar, implementar e monitorar a Política Nacional sobre Mudança do Clima) e Agência de Clima (coordenar a regulação e a adoção da Política e do Plano Nacional de Mudanças Climáticas); Fortalecimento da Unasul como organização de cooperação de políticas regionais de defesa, segurança pública, combate aos ilícitos transnacionais, proteção do meio ambiente, mitigação e adaptação à mudança climática, desenvolvimento energético e de	Não cita.



						transportes de baixo carbono, promoção da saúde pública, educação de qualidade, desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação.	
--	--	--	--	--	--	--	--



Tema	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Desmatamento	Medidas para redução em todos os biomas e políticas por bioma; atenção especial à Amazônia.	Combate ao desmatamento, em especial na Amazônia.	Combate ao desmatamento.	Desmatamento zero; Desenvolvimento de Planos de Combate ao Desmatamento na Amazônia e Cerrado, em sua totalidade; Combate ao desmatamento decorrente das atividades agropecuárias e extrativistas; Revisão do Código Florestal para recuperar medidas de proteção perdidas com mudanças recentes no Congresso Nacional; Criação de Unidades de Conservação, com 2,5 milhões de hectares no Cerrado.	Meta de desmatamento zero; Redirecionamento do avanço da agropecuária para áreas já desmatadas; Recuperação de áreas degradadas em todos os biomas; Monitoramento anual de uso do solo em todo o território; Planos por bioma em três eixos: ordenamento territorial e fundiário; fiscalização e controle; fomento ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis; Recuperação da liderança do Brasil em negociações internacionais de clima, com leitura dinâmica do conceito de "responsabilidade histórica".	Não cita.



Tema	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Agricultura de Baixo Carbono	Estímulos à agricultura de baixo carbono.	Não cita diretamente, apenas a aceleração de planos setoriais previstos no Plano Nacional de Mudança Climática.	Estímulo à agricultura mais limpa.	Subordinação de políticas públicas para infraestrutura, mineração, indústria, pecuária, energia, pesca, etc. À visão estratégica ecológica e socioambientalista.	. Promoção da agropecuária de baixo carbono; . Fortalecimento do Plano Agricultura de Baixo Carbono, com estímulo ao manejo e a recuperação de pastagens, especialmente na Amazônia Legal, e aumento do limite de crédito por tomador de R\$ 2 para R\$ 5 milhões por ano.	Não cita.



Tema	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Eficiência Energética	Programas de eficiência energética e conservação de energia em todos os setores; política tributária.	Não cita de forma específica; trata da modernização do parque instalado de transmissão de energia.	Normas, leis e regulamentos para exigência de padrões de eficiência progressivos para equipamentos e motores.	Incentivo a modernização de sistemas de utilização de energia em grandes empreendimentos industriais; Repotenciação de usinas; Estabelecimento de padrões de eficiência para automóveis; Estímulo a inovação, fomento e incentivo à fabricação nacional e uso de ônibus movidos a energia elétrica.	Alinhamento de interesses de geradores, distribuidores e consumidores, para aumento de eficiência e redução do consumo e das perdas de energia; Incentivos e metas para a melhoria da eficiência energética na geração, transmissão, distribuição e consumo final, com definição de metas de redução do consumo como critério de remuneração das distribuidoras de energia; Investimento no desenvolvimento científico e tecnológico de matrizes energéticas mais limpas e eficientes para o transporte público coletivo.	Não cita.



Tema	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Energias Renováveis	Estímulo a energias renováveis; ampliação da participação de energia eólica e energia solar na matriz de energia; estímulo ao etanol, com metas, e a biocombustíveis.	Expansão da matriz baseada em todas as fontes: hidrelétricas, termelétricas, e fontes alternativas, como eólica, solar e de biomassa.	Leilões regionais e preços máximos diferenciados por fonte; subvenções a fontes mais limpas; Descarbonização da matriz energética.	Incentivo ao desenvolvimento e utilização de fontes de energia limpas, renováveis e de baixo impacto ambiental; Geração anual de 13 GW de energia eólica, 14 GW de biomassa e 3 GW de solar até 2018; Solarização de 1 milhão de casas; Revogar subsídios e apoios às termelétricas.	Aumento da diversificação da matriz energética brasileira, com ampliação da participação da eletricidade, redução do consumo absoluto de combustíveis fósseis e aumento da proporção de energias renováveis (eólica, solar e de biomassa da cana-de-açúcar); Metas de construção de 1 milhão de casas com sistemas de autogeração de energia a partir de painéis solares fotovoltaicos e de 3 milhões de casas com aquecimento solar de água até 2018; Criação de programa federal de investimento, financiamento e desoneração da frota de ônibus urbanos acessíveis e de veículos movidos com combustíveis	Desestatização e abertura do mercado para produção e distribuição de energia, com ênfase na variedade de fontes abundantes, como energia solar, hidrelétrica, eólica.



					limpos, beneficiando-os nas políticas de isenção e de desoneração de impostos; Retomada de planejamento energético de médio e longo prazos; Realinhamento da política energética para focar em fontes renováveis e sustentáveis no setor elétrico e política de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis modernas (solar, eólica, de biomassa, geotermal, das marés, dos biocombustíveis de segunda geração); Ampliação da geração distribuída; Adoção de programa de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de tecnologias voltado à produção e ao uso de bioenergias; Apoio à	
--	--	--	--	--	--	--



					revitalização dos biocombustíveis associada ao estímulo à implementação de programas de certificação socioambiental; Aperfeiçoamento e fortalecimento de programas de promoção de energias fotovoltaica e eólica, utilização do hidrogênio em células combustíveis; Meta de 1 milhão de hectares de concessões florestais com fins energéticos (termelétricas a biomassa).	
--	--	--	--	--	--	--



Tema	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa	Não propõe ou trata da definição de meta; cita protagonismo na COP21; medidas gerais.	Manutenção do compromisso de redução de emissões; engajamento em negociações internacionais para assegurar que interesses nacionais sejam contemplados.	Metas de redução não voluntárias de emissões (proporcionais às responsabilidades históricas e atuais).	Não trata de metas nacionais de redução de emissões diretamente; Adota outras metas, como desmatamento zero, metas de geração de energia solar, eólica e de biomassa, padrões de eficiência de motor e metas de redução de emissões em usinas de geração de energia e transportes.	Estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazos para emissões brasileiras com vistas a chegar a 2050 com emissão per capita menor que duas toneladas de CO2 por habitante por ano; . Compromisso de redução de emissões em 70% em 2050 em relação a níveis atuais; . Implementação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões; Obrigatoriedade de os órgãos públicos elaborarem inventário de emissões de gases de efeito estufa e de definirem meta para reduzi-las; Protagonismo na negociação internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Aprofundamento dos Planos	Não cita.



					Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima para atingimento de metas de redução de carbono.	
--	--	--	--	--	--	--



Tema	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Jorge	Luciana Genro	Marina Silva	Pastor Everaldo
Adaptação	Elaboração do Mapa Brasileiro das Vulnerabilidades Sociais às Mudanças Climáticas como subsídio à gestão de riscos e políticas de segurança alimentar e nutricional; programas e ações em habitação adaptados às diferentes zonas bioclimáticas do país.	Não cita.	Descentralização, com municípios responsáveis, entre outros, pela prevenção rigorosa de ocupações de áreas de risco e de preservação permanentes; prioridade à prevenção de mortes e desalojamentos dentre a população pobre por enchentes – propõe como indicador de avaliação do poder executivo o número de desabrigados e mortes por desastres climáticos.	Redução de vulnerabilidade a secas, com investir na gestão das águas para enfrentamento da variabilidade das chuvas, com enfoque em prevenção.	Garantia da inserção da mitigação de emissões e a adaptação às mudanças climáticas nas políticas públicas (econômica, fiscal, industrial, energéticas, florestal, da gestão de resíduos, da agricultura e de infraestrutura); Promoção da recuperação dos ecossistemas degradados para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.	Não cita.



Conteúdos dos Documentos de Compromissos dos Candidatos (Programas, Planos, Diretrizes etc.) relacionados a Economia de Baixo Carbono e Política Nacional sobre Mudança do Clima e conteúdos correlatos da Agenda Brasil Sustentável

Aécio Neves – PSDB

Documento “Diretrizes gerais – Plano de Governo” (acessível em http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-atualizado.pdf)

Economia de Baixo Carbono

Eixo II - Cidadania

Sub-eixo II.VIII. Habitação

Item 9. (pg. 20) Inclusão de critérios de sustentabilidade nos projetos habitacionais, com o objetivo de estimular habitações sustentáveis em termos de eficiência energética e conservação de água.

Eixo III – Economia

Sub-eixo III.VIII. Política Agrícola

Item 3. (pg. 39). Estímulo à implantação da Agricultura de Baixo Carbono

Sub-eixo III.IX. Política Industrial

Item 10. (pg. 41). Estímulos para produção de bens sustentáveis e adoção de inovações em sintonia com as diretrizes de uma Economia de Baixo Carbono e Economia Circular, como o uso de instrumentos econômicos e foco do poder de compra governamental.

Eixo IX. Sustentabilidade.

Sub-eixo IX.II. Energia

Caput (pg. 62): Nosso governo irá estimular uma Economia de Baixo Carbono e reorientar a matriz energética para moldes mais modernos, fortalecendo o tripé Planejamento, Gestão e Regulação.



Item 1. (pg. 62) Definição de uma matriz energética que contemple as várias fontes de energia, assegurando com isso segurança no fornecimento de energia, com baixo impacto ambiental. (também citado em Economia de Baixo Carbono)

Item 2. (pg. 62) Ampliação da participação da energia solar e da energia eólica na matriz energética brasileira. (também citado em Economia de Baixo Carbono)

Item 3. (pg. 62) Implementação de programas de eficiência energética e conservação de energia em todos os setores. (também citado em Economia de Baixo Carbono)

Item 12. (pg. 63) Definição clara do papel do etanol anidro e hidratado na matriz de combustíveis brasileira e estabelecimento de metas.

Item 13. (pg. 63) Adoção de política tributária que considere as vantagens ambientais dos biocombustíveis.

Item 14. (pg. 63) Estabelecimento de um marco regulatório estável, com regras de longo prazo para desenvolvimento do setor sucroalcooleiro.

Item 15. (pg. 63) Realização de políticas públicas capazes de garantir a previsibilidade do setor de etanol e biodiesel, de forma a estimular os investimentos e o crescimento da produtividade agrícola e industrial.

Item 25. (pg. 64) Realização de investimentos em tecnologias de baixo carbono.

Item 26. (pg. 64) Incentivo à microgeração distribuída, de forma a permitir que o cidadão possa gerar parte de seu consumo próprio através do uso da energia solar e eólica.

Sub-eixo. IX.IV. Meio Ambiente

Item 4. (pg. 66) Transição para uma Economia de Baixo Carbono para o enfrentamento do aquecimento global. Com a adoção de medidas voltadas à redução do desmatamento da Amazônia, do Cerrado e dos demais biomas e emprego de instrumentos econômicos que estimulem, efetivamente, uma agricultura de baixo carbono, padrões rigorosos de eficiência energética, conservação da biodiversidade e conservação do solo e da água. (incluído também em Política Nacional de Mudanças Climáticas)

Item 17. (pg. 68) Estabelecimento de políticas tributárias e de crédito com base na análise do ciclo de vida dos produtos e da fixação de padrões rigorosos de eficiência energética, e desempenho ambiental. (também citado em Política Nacional de Mudanças Climáticas)

Política Nacional de Mudanças Climáticas

Eixo II – Cidadania



Sub-eixo II.IV. Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar Alimentar

Item 5. (pg. 13): Apoio à incorporação de medidas que visem aproximar a produção do consumo de alimentos, de modo a evitar o longo deslocamento dos mesmos, fator causador de emissões de gases de efeito estufa e de aumento dos preços dos produtos para o consumidor.

Item 6. (pg. 13) Elaboração do Mapa Brasileiro das Vulnerabilidades Sociais às Mudanças Climáticas, que subsidie a construção e a implementação de sistemas de alerta de riscos de desastres, a elaboração de políticas públicas de redução de riscos e a efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Sub-eixo II.VIII – Habitação

Item 8. (pg. 20) Estabelecimento de programas e ações adaptados às diferentes zonas bioclimáticas do país, respeitadas as necessidades e os perfis socioeconômicos regionais.

Eixo VI. Relações Exteriores

Sub-eixo VI.II. Política Externa

Item 5. (pg. 52) Nas organizações internacionais, o Brasil deverá ampliar e dinamizar sua ação diplomática nos temas globais, como mudança de clima, sustentabilidade, energia, democracia, direitos humanos, comércio exterior, assim como novos temas, como terrorismo, guerra cibernética, controle da internet, e nas questões de paz e segurança, inclusive nas discussões sobre a ampliação do Conselho de Segurança.

Eixo IX. Sustentabilidade

Sub-eixo Energia

Item 1. (pg. 62) Definição de uma matriz energética que contemple as várias fontes de energia, assegurando com isso segurança no fornecimento de energia, com baixo impacto ambiental.

Item 2. (pg. 62) Ampliação da participação da energia solar e da energia eólica na matriz energética brasileira.

Item 3. (pg. 62) Implementação de programas de eficiência energética e conservação de energia em todos os setores. (também citado em Economia de Baixo Carbono)

Item 4. (pg. 62) Transição para uma Economia de Baixo Carbono para o enfrentamento do aquecimento global. Com a adoção de medidas voltadas à redução do desmatamento da Amazônia, do Cerrado e dos demais biomas e emprego de instrumentos econômicos que



estimulem, efetivamente, uma agricultura de baixo carbono, padrões rigorosos de eficiência energética, conservação da biodiversidade e conservação do solo e da água. (também citado em Economia de Baixo Carbono)

Item 6. (pg. 62) Valorização da diversidade de fontes e das características regionais na redefinição da matriz energética brasileira, procurando equilibrar a busca de autossuficiência com sustentabilidade.

Item 11. (pg. 63) Recuperação da importância e do pioneirismo do Brasil na produção de energia limpa e renovável, com crescimento da produção e da produtividade.

Item 12. (pg. 63) Definição clara do papel do etanol anidro e hidratado na matriz de combustíveis brasileira e estabelecimento de metas (também citado em Economia de Baixo Carbono)

Item 13. (pg. 63) Adoção de política tributária que considere as vantagens ambientais dos biocombustíveis. (também citado em Economia de Baixo Carbono)

Sub-eixo Saneamento

Item 10. (pg. 64) Estímulo e criação de mecanismos para a reutilização do gás metano dos aterros sanitários, proporcionando eficiente fonte energética.

Sub-eixo. Sustentabilidade e Meio Ambiente

Item 2. (pg. 66). Protagonismo na coordenação e articulação dos atores sociais e agentes econômicos envolvidos no desenvolvimento sustentável, em articulação com estados e municípios, e papel de vanguarda nos encaminhamentos dessas questões na agenda internacional. Especial atenção à Conferência das Partes 21 da Convenção de Mudança do Clima, a ser realizada em 2015. Bem como ao estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em substituição aos Objetivos do Milênio. Nesta Agenda internacional, o Brasil deve liderar iniciativas que protejam os oceanos.

Item 4. (pg. 66) Transição para uma Economia de Baixo Carbono para o enfrentamento do aquecimento global. Com a adoção de medidas voltadas à redução do desmatamento da Amazônia, do Cerrado e dos demais biomas e emprego de instrumentos econômicos que estimulem, efetivamente, uma agricultura de baixo carbono, padrões rigorosos de eficiência energética, conservação da biodiversidade e conservação do solo e da água. (incluído também em Economia de Baixo Carbono).

Item 5. (pg. 67) Adoção de ferramentas macroeconômicas - em coordenação com estados e municípios - que viabilizem claramente as políticas urbanas sustentáveis, como o transporte público sustentável; a construção de edifícios sustentáveis; a implantação de áreas verdes



para evitar as ilhas de calor; e o uso de energia solar nas cidades, possibilitando a venda de excedentes.

Item 12. (pg. 67) Estabelecimento de políticas específicas para os vários biomas brasileiros - Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampas e Zona Costeira. No caso da Amazônia, fortalecer a articulação de ações com os países vizinhos, através do TCA-Tratado de Cooperação Amazônica, com o objetivo de se elaborar um grande estudo sobre os impactos do aquecimento global sobre a Bacia Amazônica, a exemplo do que foi feito no Ártico. Este bioma requer atenção especial pela importância que o mesmo possui no contexto internacional.

Item 17. (pg. 68) Estabelecimento de políticas tributárias e de crédito com base na análise do ciclo de vida dos produtos e da fixação de padrões rigorosos de eficiência energética, e desempenho ambiental. (também citado em Economia de Baixo Carbono).

Dilma Rousseff – PT

Documento “Mais Mudanças, Mais Futuro – Programa de Governo – Dilma Rousseff – 2014)

Economia de Baixo Carbono

Seção Um Novo Ciclo Histórico

(pg. 17): “Fortaleceremos a reestruturação produtiva em direção à economia de baixo carbono e a aposta no uso de recursos naturais como a melhor forma de sua preservação, em especial pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade.”

Política Nacional sobre Mudanças Climáticas

Seção Um Novo Ciclo Histórico

(pg. 28) Para assegurar maior efetividade da política ambiental, fortaleceremos a coordenação intergovernamental, em âmbito nacional, de modo a somar os esforços da União àqueles dos Estados e municípios, em especial nas áreas de licenciamento ambiental, recursos hídricos, mudança climática e florestas.

As três instâncias de governo são protagonistas da política ambiental do país e a sinergia entre elas é fundamental para a qualificação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo.”



(pg. 29) Manteremos nosso compromisso com a redução de emissões. Para isto, daremos continuidade ao combate do desmatamento, em especial na Amazônia, e aceleraremos a implementação dos planos setoriais previstos no Plano Nacional de Mudança Climática. O Brasil se engajará fortemente nas negociações climáticas internacionais que terão lugar em 2015, para que seus interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais.

(pg.35) No setor de energia, o Brasil continuará o processo de expansão do seu parque gerador e transmissor para garantir a segurança do suprimento e a modicidade tarifária. Essa expansão ocorrerá de forma a manter a qualidade de nossa matriz energética, baseada em hidroelétricas e termoeletricas, fontes renováveis limpas e de baixa emissão de carbono, e complementada por fontes alternativas, como a eólica, a solar e a originária da biomassa. Terá sequência prioritária a ampliação e modernização do parque instalado de transmissão de energia.

Eduardo Jorge – PV

Documento “Viver Bem, Viver Verde – Programa de Governo (acessível em http://issuu.com/eduardojorgepv/docs/diretrizes_pv)

Economia de Baixo Carbono

Eixo 1 – Desenvolvimento Sustentável

(pg. 5) “Não é ocioso repetir que para nós a crise climática e da biodiversidade são os desafios mais importantes para a humanidade no século XXI. Todos os outros problemas, todas as políticas públicas devem ser revistas por este ponto de vista e rearticuladas de forma transversal a partir desta perspectiva.”

“O que o PV quer é mostrar que é possível um projeto para o Brasil que combine desenvolvimento sustentável, justiça social, cultura de paz com radicalização da democracia.”

Eixo 4 – Economia Verde

Caput (pg. 12). Manter os três princípios econômicos adotados pelo governo do presidente Itamar Franco e pelos governos que vieram depois, comandados pelo PSDB e PT nas últimas décadas, de superávit primário, câmbio flutuante e metas inflacionárias com responsabilidade fiscal. E acrescentar a esses princípios administrativos/econômicos metas socioambientais como critério de desempenho dos governos federal, estaduais e municipais.



Item 4.1 (pg. 12) “Numa época em que tanto o interesse nacional quanto o interesse das demais nações deveria estar voltado para enfrentar o desafio maior da crise do aquecimento global, perda de biodiversidade e pressão sobre os limites do planeta, nosso objetivo na condução da economia é combinar a construção de um país com economia de baixo carbono com democracia, respeito à diversidade e promoção de maior igualdade. Em primeiro lugar, não tomaremos mais o crescimento do PIB como um parâmetro quase religioso para avaliar a vida do país. Adotaremos em seu lugar o IDH da ONU que leva em conta três fatores no seu cálculo: evolução do PIB per capita, indicadores de educação e indicadores de saúde. Queremos completá-lo acrescentando um quarto parâmetro, que é o ambiental. Por exemplo, evolução da taxa de desmatamento, ou evolução dos níveis de emissão de gás efeito estufa no país.”

Item 4.3 (pg. 13): “O fato de termos um imposto único arrecadatório federal não é impeditivo que o governo federal tenha políticas que procurem equilibrar os fatores ambientais/sociais/econômicos, pois sempre teremos um forte poder de estímulo ou desestímulo usando o poder de uma política de compras e licitações sustentáveis, por exemplo, ou revogando os subsídios para atividades da antiga economia carbono intensivo. Pode se lançar mão também de CIDEs para metas específicas de indução da economia de baixo carbono ou proteção de nossa biodiversidade. Será negociada de forma gradual a adesão dos estados e municípios para substituição dos tributos municipais e estaduais pelo imposto único arrecadatório.”

Eixo 5 – Energia

Item 5.4. Energia Elétrica

(pg. 18) O procedimento correto seria a realização de leilões regionais e estabelecer preços máximos diferentes para cada fonte (eólica, biomassa, gás etc.). Gradativamente estes preços máximos deveriam cair para os leilões realizados a cada ano, encorajando a competição e abrindo espaço para energias renováveis. As novas fontes, mais limpas, precisam de subvenções em seus estágios iniciais de maturação. Essa é uma forma mais racional de se aplicar recursos públicos, comparativamente à ênfase nos combustíveis fósseis.

Item 5.6. Descarbonização da Matriz Energética

(pg. 18) O Brasil possui uma matriz altamente renovável, mas esta prevalência está sendo ameaçada pela desindustrialização (que afeta equipamentos), pelos subsídios à gasolina (que afetam a cadeia do etanol e bioenergia) e pela priorização da exploração do petróleo (em detrimento de outras formas de infraestrutura energética mais descentralizadas, resilientes e limpas como a solar e a eólica). O Brasil tem natureza para ser o campeão mundial de energia solar. Não pode se conformar, em uma copa do mundo de energia solar, em ser



desclassificado nas eliminatórias e ver outros menos aquinhoados pela natureza, como Alemanha e China, jogarem a final da competição.

Eixo 7. Saúde e Educação

(pg. 23) O PV quer se comprometer com os atuais movimentos da sociedade civil que lutam por mais recursos para as políticas públicas de saúde e educação. As duas áreas terão, junto com os estímulos à economia de baixo carbono e de combate ao aquecimento global (agricultura mais limpa, combate ao desmatamento, energias renováveis, transporte público limpo), a prioridade nos recursos que remanejarmos no orçamento, os que vamos conseguir com a reforma tributária do imposto único arrecadatário federal e os que vamos recuperar com cortes nos gastos públicos que faremos com uma política de maior austeridade em Brasília.

Política Nacional sobre Mudança do Clima

Eixo 3 – Mais Brasil e Menos Brasília

Caput (pg. 10): " Algumas tarefas que devem ser essencialmente municipais: assistência social e superação da pobreza; educação infantil e fundamental; promoção, prevenção e vigilância em saúde; atenção básica e pronto atendimento em saúde; apoio e promoção de atividades de cultura, lazer e esportes; mobilidade urbana; transporte público em quantidade suficiente e qualidade adequada de conforto, usando combustíveis mais limpos; prioridade para os pedestres; calçadas verdes e acessíveis; apoio ao uso da bicicleta; pedágio urbano nas grandes cidades para moderar o uso de veículos individuais e gerar recursos novos para a expansão do transporte público; inspeção veicular cada vez mais abrangente e severa para promover a saúde e diminuir as emissões de gases efeito estufa; urbanismo; cidade compacta; cidade como local de convivência de trabalho/comercio/moradia/cultura/lazer e de convivência de classes sociais; desestímulo à formação de bairros e condomínios "gueto"; respeito e expansão das áreas verdes, das áreas de preservação permanentes, renaturalização de rios e córregos e arborização urbana; urbanização das favelas e loteamentos precários e ao mesmo tempo prevenção rigorosa de ocupações de áreas de risco e de preservação permanentes. A crise climática tem uma urgência máxima no país: impedir que as enchentes e deslizamentos cada vez mais frequentes desalojem e matem a população pobre das cidades. Um dos principais indicadores de avaliação dos executivos deve ser número de desabrigados e mortes por desastres climáticos por ano."

Proposta PV, 14 Ministérios (pg. 11)

1) Seguridade Social (saúde e previdência);

2) Educação, Cultura e Esportes;



- 3) Trabalho, Desenvolvimento Social e Superação da Miséria. 4) Direitos humanos, Gênero, Nações Indígenas e Reparação das Sequelas da Escravidão;
- 5) Meio ambiente, Recursos Hídricos, Energia, Cidades;
- 6) Justiça;
- 7) Autodefesa;
- 8) Agricultura (reforma agrária, abastecimento e pesca);
- 9) Fazenda, Planejamento e Gestão;
- 10) Infraestrutura (transportes, turismo, comunicação);
- 11) Relações Exteriores;
- 12) Ciência e Tecnologia (indústria, comércio, mineração);
- 13) Amazônia;
- 14) Nordeste;

Eixo 5 – Energia (pg. 17)

No Brasil a Lei 10.295 de 2002 permite adotar procedimentos similares, mas até hoje eles têm sido introduzidos, com poucas exceções, como voluntários. Há uma resistência das indústrias para que estes se tornem mandatórios. Essa introdução deve ser gradual e não necessita de recursos orçamentários (como é o caso da construção de hidroelétricas ou ferrovias), mas apenas de vontade política e decisão de implementar a Lei.

Item 5.4. (pg. 18) Energia Elétrica

O procedimento correto seria a realização de leilões regionais e estabelecer preços máximos diferentes para cada fonte (eólica, biomassa, gás etc.). Gradativamente estes preços máximos deveriam cair para os leilões realizados a cada ano, encorajando a competição e abrindo espaço para energias renováveis. As novas fontes, mais limpas, precisam de subvenções em seus estágios iniciais de maturação. Essa é uma forma mais racional de se aplicar recursos públicos, comparativamente à ênfase nos combustíveis fósseis.

Eixo 10 – Internacionalismo (pg. 31)

Cada nação, e mais ainda o Brasil pelo seu peso crescente no cenário internacional, deve fazer o trabalho de desenvolvimento sustentável e superação da miséria no seu território, mas ter



consciência que não há uma salvação isolada de um país. Por mais poderoso que seja, isto é atualmente um delírio nacionalista e até reacionário.

Devemos ser um sujeito consciente e ativo neste processo, e não ser arrastado por ele. Na construção de uma governança global o Brasil, por sua história, pelas suas riquezas ambientais e pelo temperamento de seu povo mestiço e cosmopolita, pode ter atuação destacada. São dois os nossos principais campos de atuação: cultura de paz e desenvolvimento sustentável. Lembrando que estas forças caminham sempre juntas com a defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento da democracia. Estas são as linhas fortes do nosso trabalho na política internacional.

Algumas propostas de desenvolvimento desta política:

- Metas de redução não voluntárias de emissões de gases efeito estufa proporcionais às responsabilidades históricas e atuais.

Luciana Genro – PSOL

Documento “Programa de Governo – Luciana Genro” (acessível em <http://lucianagenro.com.br/programa/>)

Economia de Baixo Carbono

Diretrizes para o Programa de Governo do PSOL (acessível em <http://lucianagenro.com.br/programa/diretrizes/>)

Exo 1 – Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento

Um governo do PSOL promoverá mudanças estruturais na economia do país. O Brasil e o mundo vivem uma crise socioambiental que está vinculada ao modo como se organiza a economia capitalista. A destruição da natureza e a degradação do meio ambiente são diretamente proporcionais à crueldade do capitalismo em relação aos oprimidos e explorados por este sistema. Nossa proposta é ecossocialista, pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação das leis do capital, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano para garantir a acumulação em benefício de 1% da população, enquanto 99% sofrem as consequências nefastas deste modelo econômico.

Política Nacional sobre Mudança do Clima

Programa Meio Ambiente (acessível em <http://lucianagenro.com.br/programa/meio-ambiente/>)



Prioridades:

- a) Combater o desmatamento decorrente das atividades agropecuárias e extrativistas, regulamentando as atividades humanas em equilíbrio com os recursos naturais e estimulando a conscientização, preservação e conservação ambiental;
- b) Livrar o Brasil de agrotóxicos e transgênicos. O Brasil é hoje o maior consumidor mundial de agrotóxicos e um dos maiores produtores mundiais de transgênicos, o que tem acarretado em danos ao meio ambiente e à saúde dos brasileiros;
- c) Entender a água como um bem essencial à vida e que, portanto, não deve ser tratada como mercadoria. O Estado deve ter o controle sobre a política de águas visando os interesses da sociedade, não das empresas;
- d) Estimular políticas para os Grandes Biomas (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Pampa e Zona Costeira), respeitando suas especificidades.

Propostas de eixos de ação da União no que se refere a Meio Ambiente:

1. Criar o Ministério da Ecologia e Justiça Socioambiental

O Ministério da Ecologia e da Justiça Socioambiental tem por função integrar em uma visão global de desenvolvimento e produção as políticas públicas que não podem estar separadas de uma visão de justiça ambiental e social.

Para tanto a pasta incorporará ao que hoje já é atribuição do Ministério do Meio Ambiente – especialmente as atividades de comando e controle (licenciamento e fiscalização) e conservação ambiental (áreas protegidas) – algumas das funções desenvolvidas por outros ministérios já existentes, como o de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Agricultura, Transportes e Pesca, fazendo com que as políticas públicas ligadas a infraestrutura, mineração, indústria, pecuária, energia, pesca, etc. estariam subordinadas a uma visão estratégica ecológica e socioambientalista.

4. Desmatamento Zero

O atual modelo de produção brasileiro, centrado no latifúndio, monocultura e exportação, é o principal responsável pelo desmatamento das florestas e do cerrado. Estudos recentes apontam que, com o uso das áreas já abertas e um melhor manejo de pastagens, o país poderia dobrar sua produção de alimentos sem desmatar mais nenhum hectare de floresta. Precisamos mudar o modo como funciona um dos eixos centrais da economia brasileira – a produção e exportação de commodities agrícolas ancorada na expansão e conversão sobre áreas florestais. As florestas devem ser adequadamente mapeadas e estudadas e seus biomas preservados a fim de desenvolver as atividades humanas em equilíbrio com os recursos



naturais. É necessário desenvolver Planos de Combate ao Desmatamento na Amazônia e no Cerrado em sua totalidade.

5. Viabilização do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil)

O processo de desertificação que ocorre no Semi-Árido é responsável pela redução da biodiversidade, alterações no clima local e deterioração do solo, sendo resultado da degradação ambiental devido uso inadequado do solo pelo homem e das mudanças climáticas. Nesse sentido, propomos a viabilização do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil) a partir de um diálogo com os movimentos sociais do Semi-Árido, apoiando o projeto de 1 milhão de cisternas de placa e a revisão dos grandes projetos de irrigação que favorecem o agronegócio.

6. Redução da vulnerabilidade às secas

As secas são fenômenos naturais e, portanto, não se pode pensar em combatê-las, mas em conviver com elas. Teremos como compromisso fundamental o aumento da garantia associada ao abastecimento, uma vez que os racionamentos de água trazem consigo sérios impactos para a saúde e para a economia da sociedade. Para reduzir essa vulnerabilidade é preciso investir na gestão das águas para enfrentamento da variabilidade das chuvas, como por exemplo em sistemas de armazenamento da água das chuvas em todo o país, centrando os esforços governamentais na prevenção ao invés de recuperação.

9. Conservação ambiental e Programa Ciência da Floresta

A recuperação de áreas degradadas, a recomposição das matas ciliares para proteção dos rios, o reflorestamento mediante espécies nativas se colocam como medidas inadiáveis. Também é preciso garantir a preservação e conservação de biomas ameaçados pelos interesses do agronegócio e mineradoras, criando novas Unidades de Conservação, especialmente nos locais que foram identificados como prioritários para a conservação da biodiversidade, incluindo a ampliação em 2,5 milhões de hectares das unidades localizadas no Cerrado.

Defendemos a criação do Programa Ciência na Floresta, visando promover a pesquisa e o uso de novas tecnologias para o setor madeireiro com o objetivo de tornar o país líder na exploração sustentável das florestas tropicais, a realização de um zoneamento ecológico econômico para a produção madeireira na Amazônia, por meio do qual serão definidas as áreas de maior importância para a atividade os investimentos para a exploração responsável e sustentável e a elaboração de plano de capacitação e investimentos consistentes no manejo florestal comunitário.

10. Revisão do Código Florestal Brasileiro



Nossa bancada deu um duro combate contra as medidas aprovadas pelo atual governo em conjunto com a bancada ruralista no Código Florestal Brasileiro. As mudanças preveem uma série de retrocessos que ameaçam as florestas brasileiras e beneficiam o agronegócio, e não os pequenos produtores, como propagandeado pelo governo. Por isso, enviaremos proposta de Lei que revise profundamente o atual Código Florestal, reintegrando ao texto, medidas de proteção retiradas pela pressão dos interesses do mercado. Para isso, convocaremos movimentos sociais e organizações da área de meio ambiente para proporem as mudanças necessárias, coadunadas com o modelo de desenvolvimento do governo do PSOL.

Programa Energia (acessível em <http://lucianagenro.com.br/programa/energia/>)

As políticas voltadas para o setor energético devem estar atreladas às políticas de conservação do meio ambiente, justiça ambiental e mudanças climáticas, o que vem sendo desconsiderado com o processo de privatização e internacionalização do setor elétrico iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e mantido nos governos de Lula e Dilma.

Prioridades:

Reformulação das matrizes energéticas brasileiras, inibindo a produção a partir de fontes fósseis e incentivando a utilização de energias limpas e renováveis, buscando diversificar as matrizes energéticas brasileiras.

a) Elaborar um programa de energias renováveis democraticamente construído e socialmente justo, com a descentralização da produção energética e subsídio à instalação de painéis fotovoltaicos para as famílias pobres e habitações populares;

b) Estatização da geração e distribuição de energia, visando garantir os interesses e as necessidades da população, em equilíbrio com os recursos naturais e meio ambiente, em detrimento ao lucro de grandes empresas;

c) Reduzir o desperdício de energia e aumentar o potencial energético das usinas existentes, evitando a construção desnecessária de novas usinas.

Propostas de eixos de ação da União no que se refere à Energia

1. Revogar subsídios e apoios às termelétricas

As termelétricas são responsáveis pela emissão de grandes quantidades de CO₂, gás poluidor responsável pela intensificação do efeito estufa. Visando desestimular essa prática danosa a saúde e ao meio ambiente, defendemos o fim de quaisquer subsídios e apoios às termelétricas, que terão um cronograma para sua desativação.

2. Diminuir a dependência de energia a partir de fontes fósseis



Defendemos a diminuição drástica da dependência da energia a partir de fontes fósseis, tanto em usinas quanto nos sistemas de transporte. Isso deve ser feito de forma progressiva, a partir do estabelecimento de metas e prazos para redução das emissões de gases de efeito estufa.

3. Realizar um programa de energias renováveis democraticamente construído e socialmente justo

A mudança na produção de energia deve ocorrer de forma democrática, visando garantir os interesses e as necessidades da população em equilíbrio com os recursos naturais e meio ambiente, buscando definir a matriz energética que melhor se adapte a essas necessidades e características naturais locais e regionais, além de oferecer menores impactos ambientais, sociais e humanos.

4. Incentivo ao desenvolvimento e utilização de fontes de energia limpas, renováveis e de baixo impacto ambiental

Para que as fontes fósseis sejam substituídas por completo é necessário estimular o desenvolvimento, aprimoramento e utilização de fontes de energia limpas, renováveis e socialmente justas. Dentre as medidas que devem ser tomadas para esse fim destaca-se a criação de incentivos fiscais às energias renováveis, envolvendo tributos federais (II, IPI e PIS-COFINS); ampliação da participação de novas energias renováveis na matriz elétrica por meio da realização de leilões por fonte de energia; e geração anual de 13 GW de eólica, 14 GW de biomassa e 3 GW de solar até 2018.

5. Solarização de 1 milhão de casas em 4 anos

Os equipamentos do sistema solar fotovoltaico ainda possuem custo elevado, sendo esse um dos fatores que contribui negativamente para sua utilização residencial. Nesse sentido, defendemos: criação de incentivos fiscais às energias renováveis, que levaria a uma redução de 20% do preço de equipamentos do sistema solar fotovoltaico; articulação junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (ConFaz) para garantir que a energia injetada na rede por mini e microgeradores de energia tenha o mesmo valor que a consumida da rede; tratamento diferenciado ao PIS-COFINS incidente sobre o consumo de energia, que pode ser garantido via decreto, com vistas também a garantir que a energia injetada na rede por mini e microgeradores de energia tenha o mesmo valor que a consumida da rede; e criação de linhas de crédito com juros baixos e prazo acima de 10 anos para financiamento da compra do sistema fotovoltaico pelos bancos oficiais de crédito, para que cada brasileiro possa gerar energia a partir do telhado de sua casa.

6. Redução do desperdício de Energia



Segundo estudo da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), cerca de 10% dos 430 terawatt-hora (TWh) consumidos no país a cada ano são desperdiçados, volume superior ao consumido pelo total da população do estado do Rio de Janeiro, sendo os principais responsáveis por esse desperdício os processos industriais obsoletos e sistemas de refrigeração, aquecimento e iluminação inadequados, sem sistemas de automação que permitam, por exemplo, o desligamento automático quando não há pessoas presentes no local.

Para que o Brasil atinja um nível de eficiência energética com patamares comparáveis aos de países avançados nesse tema, como Japão e Alemanha, é preciso incentivar os grandes empreendimentos industriais e comerciais a modernizarem seus sistemas de utilização de energia para reduzir os desperdícios estruturais.

7. Repotenciação de usinas

O Brasil tem 160 usinas hidrelétricas e cerca de 70 delas tem mais de 20 anos de operação, que com o tempo perdem eficiência e necessitam de modernização. A pesquisa do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP aponta um potencial adicional de 8% na capacidade instalada de geração de energia com esta medida, sem a necessidade de construção de uma nova usina. Para isso é preciso alterar a legislação atual que não permite a paralisação de uma usina para processos de modernização, criando um mecanismo de autorização compartilhada por diversos órgãos, com participação de usuários.

9. Amplo debate sobre a exploração do Pré-Sal

A exploração comercial da área do pré-sal demanda respostas a desafios técnicos e logísticos de extrema complexidade, como a profundidade das reservas e a plasticidade do sal, que dificultam a perfuração e a extração do combustível. Um vazamento em águas profundas resultaria na poluição das marés e profunda alteração dos ecossistemas, com grande impacto na costa. Portanto, a exploração do Pré-Sal deve ser abordada a partir de um amplo debate que envolva os impactos ambientais, sociais e trabalhistas. Ao mesmo tempo, defendemos a exploração 100% estatal e a revogação do leilão do Campo de Libra, revertendo seus dividendos em serviços públicos como saúde e educação.

Programa Mobilidade e Transportes

(acessível em <http://lucianagenro.com.br/programa/mobilidade-e-transportes/>)

5. Criação do Programa Ônibus Sustentável

Estimulando a inovação, fomento e incentivo à fabricação nacional e uso de ônibus movidos a energia elétrica segundo os padrões recentes que prescindem do uso de alavancas



captadoras de energia e usam sistema de recarregamento de baterias por modos de indução eletromagnética nos pontos de parada. O mercado brasileiro de ônibus urbanos é de cerca de 100.000 veículos. Os municípios e estados que usarem esse tipo de veículos nos corredores e nas linhas comuns, terão um adicional do Fundo de Financiamento das Tarifas. Paralelamente, condicionado à gratuidade das tarifas, haverá incentivos e financiamento por parte do governo federal a pequenos e médios municípios a comprarem frotas próprias de ônibus.

6. Estabelecimento de padrões de eficiência para a produção de carros brasileiros

Os fabricantes de veículos automotores deverão alcançar metas mínimas de eficiência energética veicular, que serão progressivamente introduzidas de 2018 a 2021, até atingir a meta de 1,22 Mj/Km (megajoules por quilômetro). Se tal eficiência for alcançada, além dos benefícios ambientais, a população brasileira economizaria R\$ 287 bilhões em combustível.

8. Transferência modal do transporte de cargas: de rodoviário para aquaviário e ferroviário

Os modais ferroviário e aquaviário são mais eficientes economicamente e menos poluentes para o transporte de carga. O custo do frete ferroviário é, segundo o DNIT, 50% menor do que o rodoviário, que continua sendo usado pela pressão histórica das grandes empresas automobilísticas. Em nenhum outro país com dimensões continentais como o Brasil (como EUA e Rússia) existe a utilização desse padrão.

9. Integração do Planejamento e Logística de Transportes nacional às realidades de estados, regiões metropolitanas e municípios

Por meio de investimentos em capacitação técnica, humana e financeira de setores do governo, como a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), deve-se prover estados e municípios de apoios diretos ao aperfeiçoamento e criação de planos de mobilidade onde estes não existam e integrá-los a um plano comum nacional com otimização dos investimentos e resultados.

Marina Silva – PSB

Documento “Programa de Governo – Plano de Ação para Mudar o Brasil” (acessível em <http://cl.ly/XQkZ/download/completo.pdf>)

Economia de Baixo Carbono

Eixo 1 – Estado e Democracia de Alta Intensidade

Caput (pg. 22) Os desafios do Brasil no enfrentamento das mudanças climáticas e da destruição do patrimônio natural impõem modificar a administração pública por dentro. Trata-se de transformá-la a partir do conceito de gestão socioambiental. Assim, uma questão



merece destaque na reforma da administração pública: a massificação de práticas ambientalmente sustentáveis. A primeira mudança deve ser a mobilização da burocracia e sua conscientização quanto à necessidade de generalizar práticas sustentáveis, em todos os níveis e processos. O governo, por sua vez, deve assumir o papel de indutor do mercado com vistas a instaurar uma economia de baixo carbono. A governança eletrônica pode representar o elo de transição dos mecanismos de compras públicas para “compras verdes”. Em síntese, precisamos de gestão governamental a serviço de um desenvolvimento justo, democrático e sustentável.

No Brasil, a gestão pública socioambiental está representada pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P – a sigla tem origem nos 3 “As” e 1 “P”, que iniciam as palavras). Esse programa, hoje voluntário, se encontra enfraquecido. Faltam-lhe estrutura e apoio político-governamental. Sobrevive graças a iniciativas isoladas de alguns gestores e servidores, que lutam para implementá-lo, sem o devido apoio institucional.

Eixo 2. Economia para o Desenvolvimento Sustentável

Item Reforma tributária: compromisso com a não-elevação da carga e com a justiça; redução dos impostos sobre faturamento de empresas; desoneração de investimentos; desarme da guerra fiscal. (pg. 51)

Por fim, a reforma tributária deve conter rigoroso fator de indução a investimentos em atividades de baixa emissão de carbono e de uso sustentável dos recursos naturais.

Item Política energética: retomar o planejamento de médio e longo prazos; investir em fontes modernas, limpas e renováveis; aumentar a oferta para permitir o crescimento econômico; afastar os constantes riscos de racionamento. (pg. 64)

Assim a segurança, a economicidade e a sustentabilidade da matriz energética brasileira supõem cinco grandes focos:

- 1) Aumento da eficiência energética;
- 2) Aumento da participação da eletricidade na matriz energética;
- 3) Realinhamento da política energética para focar nas fontes renováveis e sustentáveis, tanto no setor elétrico como na política de combustíveis, com especial ênfase nas fontes renováveis modernas (solar, eólica, de biomassa, geotermal, das marés, dos biocombustíveis de segunda geração);
- 4) Redução do consumo de combustíveis fósseis;
- 5) Ampliação da geração distribuída.



Eixo 3. Educação, Cultura e Ciência, Tecnologia e Inovação

Quadro. Onde a Inovação pode Mudar o País (pg. 144)

- Consolidar a liderança mundial do país na área de biocombustíveis, adotando para isso – em estreita articulação com o setor produtivo nacional – um vigoroso programa de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de tecnologias voltado à produção e ao uso de bioenergias;
- Aperfeiçoar e aumentar a escala dos atuais programas de promoção de energias fotovoltaica e eólica, utilização do hidrogênio em células combustíveis, fundamentais para que o país se torne um ator relevante nesses setores, que serão vitais para a sociedade do futuro.

Item Agropecuária: a competência dos nossos produtores; os ganhos de produtividade; os mecanismos de financiamento; a multiplicação da competitividade se o Brasil avançar nas questões socioambientais.

Quadro Agenda para a Agricultura (pg. 82)

- Política tecnológica: embora tenhamos a melhor tecnologia tropical do planeta, este é um setor dinâmico, que demanda muito mais recursos do que os atualmente disponíveis para nossas instituições de pesquisa. O Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), base para nossa sustentabilidade, também precisa ser muito mais intensamente divulgado e aperfeiçoado.

(pg. 83) A promoção da agropecuária de baixo carbono será prioridade. A estratégia será equilibrar os custos de forma que a produção de baixo carbono não seja tão mais cara. Uma primeira política nesse sentido será garantir os aportes necessários para o atendimento dos objetivos do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que deverão ser financiados pelo poder público ou por meio de linhas de crédito. Os recursos serão destinados a estimular o manejo e a recuperação de pastagens, especialmente na Amazônia Legal.

O limite de crédito por tomador no âmbito do Plano ABC será ampliado dos atuais R\$ 2 milhões por ano para R\$ 5 milhões por ano. Promoveremos a meta de desmatamento zero, detendo o avanço da agropecuária nas áreas de florestas e direcionando-a para as já desmatadas. Alavancar e multiplicar a recuperação de áreas degradadas em todos os biomas é outra alternativa.

Item Mudanças climáticas: a necessária transição para um novo modelo de desenvolvimento; o grande potencial do Brasil para adaptar-se às alterações; a retomada da liderança do país nos debates internacionais sobre o tema.



(pg. 92) A liderança do Brasil no debate Internacional sobre a transição para uma economia de baixo carbono também deve ser recuperada.

Precisamos sair da posição de país com direito de poluir, do ponto de vista da justiça global, e assumir a postura de país capaz de se desenvolver com pouca emissão de CO₂. Dessa forma, podemos verdadeiramente demonstrar participação relevante num tema de impacto para toda a humanidade.

Quadro Para Combater as Mudanças Climáticas (pg. 93)

- Implementar uma Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento pela Descarbonização da Economia, com metas de curto, médio e longo prazos para emissões brasileiras com vistas a chegar a 2050 com emissão per capita menor que duas toneladas de CO₂ por habitante por ano;
- Implementar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões e outros mecanismos para introduzir a precificação das emissões de gases de efeito estufa no Brasil;
- Incentivar a agropecuária brasileira a adotar práticas de Agricultura de Baixo Carbono nos planos-safra anuais e a desenvolver programas de compensação financeira que beneficiem comunidades tradicionais e agricultores familiares por serviços de preservação de recursos naturais e de conservação da biodiversidade (nota: item também referenciado em Política Nacional sobre Mudança do Clima).

Política Nacional sobre Mudança do Clima

Eixo 1 – Estado e Democracia de Alta Intensidade

Reforma Administrativa

Item - O Estado como indutor de práticas sustentáveis. O conceito de “compras verdes”. O enfrentamento das mudanças climáticas. Por uma gestão pública socioambiental.

Sustentabilidade de Dentro para Fora (quadro, pg. 23)

Estabelecer a obrigatoriedade de os órgãos públicos elaborarem inventário de emissões de gases de efeito estufa e de definirem meta para reduzi-las.

Item Desenvolvimento sustentável: pôr abaixo a leitura estática do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Por mais proatividade nas negociações do clima.

(pg. 38) Se a política externa estiver legitimada por uma prática doméstica de efetivo compromisso com o desenvolvimento sustentável, é amplo o espaço para iniciativas inovadoras que resultem benéficas, inclusive para a integração regional. Merece ser debatida,



por exemplo, a proposta de criação, no âmbito do Pacto Amazônico, de um mecanismo técnico-científico-diplomático nos moldes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Ele teria o objetivo de fazer avançar, como subsídio para eventuais políticas dos membros do Tratado de Cooperação Amazônica, o conhecimento científico sobre alterações climáticas na região, tanto no que diz respeito à influência do que ocorre na área para o processo global de aquecimento, como no tocante ao impacto de fenômenos externos na região.

(pag. 39) Item Interação do Itamaraty com o Estado e a Sociedade Civil

Quadro Protagonismo por Mudanças (pg. 40)

- Promover o fortalecimento gradual da Unasul como organização de cooperação de políticas regionais de defesa, segurança pública, combate aos ilícitos transnacionais, proteção do meio ambiente, mitigação e adaptação à mudança climática, desenvolvimento energético e de transportes de baixo carbono, promoção da saúde pública, educação de qualidade, desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação;
- Adotar uma posição proativa nas negociações sobre mudança climática, com uma leitura dinâmica do conceito de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”;
- Assumir maior protagonismo na implementação das convenções que resultaram da Conferência Rio-92, tanto no regime do clima quanto no da biodiversidade.

Eixo 2 – Economia para o Desenvolvimento Sustentável

Item Política energética: retomar o planejamento de médio e longo prazos;

investir em fontes modernas, limpas e renováveis; aumentar a oferta para permitir o crescimento econômico; afastar os constantes riscos de racionamento.

(pg. 65) Assim a segurança, a economicidade e a sustentabilidade da matriz energética brasileira supõem cinco grandes focos:

- 1) Aumento da eficiência energética;
- 2) Aumento da participação da eletricidade na matriz energética;
- 3) Realinhamento da política energética para focar nas fontes renováveis e sustentáveis, tanto no setor elétrico como na política de combustíveis, com especial ênfase nas fontes renováveis modernas (solar, eólica, de biomassa, geotermal, das marés, dos biocombustíveis de segunda geração);
- 4) Redução do consumo de combustíveis fósseis;



5) Ampliação da geração distribuída;

(pg. 66) É necessário retomar o planejamento de médio e longo prazos do setor energético de forma integrada, a começar pela reativação e valorização do Conselho Nacional de Política Energética e de seu papel de planejar uma Política Nacional de Energia com a participação da sociedade civil. As diretrizes a ser debatidas detalhadamente pelo conselho deverão ter clareza e objetividade. Em linhas gerais, propõe-se maior diversificação da matriz energética brasileira, com ampliação da participação da eletricidade, redução do consumo absoluto de combustíveis fósseis e aumento da proporção de energias renováveis, tais como energia eólica, solar e de biomassa, principalmente da cana-de-açúcar.

(pg. 67) Outra prioridade da nossa política energética será recuperar e revitalizar a produção de biocombustíveis no Brasil. A agroindústria da cana-de-açúcar para produção de etanol, açúcar e bioeletricidade não deve ficar a reboque da intervenção estatal, mas não pode ser sacrificada na sua capacidade de competir no mercado de combustíveis por causa de políticas de controle de preços da gasolina que desprezam seu valor real, considerados os preços do produto e do frete no mercado internacional e a taxa de câmbio. A intervenção do governo no setor, contudo, deve ser mínima, e as regras para o desenvolvimento da energia de biomassa devem ser previsíveis e transparentes.

A política de apoio à revitalização dos biocombustíveis será associada ao estímulo à implementação de programas de certificação socioambiental a fim de garantir que sua produção se dê de forma social e ambientalmente sustentável, respeitando os direitos trabalhistas.

(pg. 67) Também a energia eólica receberá forte estímulo para a sua expansão, considerando que o Brasil é o país com maior potencial de geração a partir dessa fonte no mundo, que chegaria a 143,5 GW, segundo o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro.

Quadro Diretrizes de Nossa Política Energética (pg. 67)

- Ampliar a participação da eletricidade na matriz energética;
- Aumentar a proporção de energias renováveis na matriz energética;
- Reduzir o consumo absoluto de combustíveis fósseis;
- Descentralizar e democratizar a geração e o armazenamento de energia;
- Alinhar interesses de geradores, distribuidores e consumidores, para que haja aumento de eficiência e redução do consumo e das perdas de energia;
- Criar mecanismos de expansão do mercado livre de energia a fim de permitir que os pequenos consumidores também possam negociar livremente todas as condições comerciais de seu suprimento;
- Precificar as emissões de CO₂ no setor energético e trabalhar por sua redução;



- Recuperar e revitalizar a produção de biocombustíveis;
- Estabelecer a meta de construir 1 milhão de casas com sistemas de autogeração de energia a partir de painéis solares fotovoltaicos e de ter 3 milhões de casas com aquecimento solar de água até 2018;
- Garantir que 1 milhão de hectares de concessões florestais com fins energéticos sejam dedicados ao suprimento de termoeletricas a biomassa.

(pg. 68) A energia solar, por sua vez, precisa ampliar sua participação em nossa matriz energética, hoje restrita a insignificante 0,01%. O Brasil é o país com maior quantidade de radiação solar no mundo. O lugar menos ensolarado do país recebe 40% mais energia que o lugar mais ensolarado da Alemanha, um dos países que mais investiram nessa fonte nas últimas décadas.

Consumidores residenciais ou comerciais podem reduzir suas despesas e ampliar a oferta de energia a partir da popularização da geração por meio de placas fotovoltaicas, instaladas de forma pulverizada. A energia gerada e não absorvida pela unidade de geração fotovoltaica poderá ser vendida aos distribuidores diretamente pela rede elétrica.

Boa parte dos entraves à adoção desse modelo é a maneira como o ICMS é calculado. Embora seja assunto da alçada estadual, o governo federal negociará com governadores mudanças de taxa da energia produzida por placas fotovoltaicas em um programa específico. Além disso, o custo elevado dos equipamentos pode ser atenuado por incentivos fiscais ou subsídios devidamente explicitados no orçamento do setor público, de modo que a adesão se torne atrativa. É fundamental ainda alinhar os interesses dos diferentes agentes da cadeia (geradoras, distribuidoras e consumidores), para favorecer a expansão da energia solar.

Outra proposta é o aproveitamento da energia contida no lixo, atacando tanto o problema de sua destinação, quanto criando mais uma fonte de geração de energia termoeletrica e de biogás, sempre coordenadas com as melhores práticas de reciclagem – a prioridade deve ser a reutilização, em detrimento da queima do material de descarte – e com análises ambientais adequadas. Vamos adotar políticas específicas de apoio tecnológico às prefeituras e de financiamentos do BNDES para que se possam realizar os investimentos necessários, dentro das premissas já mencionadas.

São necessários incentivos e metas para a melhoria da eficiência energética em todas as etapas (geração, transmissão, distribuição e consumo final), principalmente os intensivos. A definição de metas de redução do consumo deve tornar-se critério de remuneração das distribuidoras de energia, que no atual modelo, de forma contraditória à crescente necessidade de racionalização do uso e conservação, têm retornos maiores quanto maior for o consumo.



E preciso buscar sempre a fronteira tecnológica do setor, articulando universidades, agências de fomento a ciência e tecnologia e centros de pesquisa público e privados para investir em pesquisa e desenvolvimento de equipamentos de geração de energia a partir de fontes renováveis.

Mesmo considerando os maiores esforços para a redução do consumo absoluto de combustíveis fósseis, o petróleo e seus derivados continuarão a ser fonte importante na matriz energética brasileira, dado que não há tecnologia para sua substituição no curto prazo.

Haverá, no entanto, significativo investimento para desenvolver tecnologias limpas, que possam melhorar permanentemente nossa matriz energética.

(Pg. 87) Item Maior controle e redução dos incentivos ao desmatamento no país: a importância do ordenamento e da fiscalização; o caminho que leva ao fomento das atividades econômicas sustentáveis.

(pg. 88) O governo federal passará a executar o monitoramento anual do uso do solo em todos os biomas terrestres brasileiros. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão vinculado ao MCTI, será o responsável pela coordenação desse processo em parceria com os demais órgãos públicos que já vêm desenvolvendo atividades de monitoramento, como a Embrapa, o Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama (CRS) e o Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (Lapig).

Os planos por bioma serão organizados em três eixos estruturantes: ordenamento territorial e fundiário; fiscalização e controle; e fomento ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

Quadro Para Alcançar a Liderança na Economia Florestal Global (pg. 89)

- Zerar a perda de cobertura florestal no Brasil.

(pg. 91) Item Mudanças climáticas: a necessária transição para um novo modelo de desenvolvimento; o grande potencial do Brasil para adaptar-se às alterações; a retomada da liderança do país nos debates internacionais sobre o tema.

(pg. 91) Apesar dos avanços nas últimas duas décadas, o país ainda não está preparado nem para se adaptar às mudanças climáticas em curso nem para transformar-se numa economia de baixo carbono, caminho inexorável do planeta. Temos, portanto, de aprofundar os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima para atingir as metas de redução de carbono a que o Brasil se comprometeu.



(pg. 92) As projeções atuais indicam que, para limitar o crescimento da temperatura global em dois graus Celsius, o limite aceitável pela humanidade, é necessário que as emissões per capita caiam de três a cinco toneladas de CO₂ por ano até 2030 e, depois, de uma a duas toneladas de CO₂ por ano até 2050. Isso significa que temos de preparar o país para reduzir as suas emissões atuais em 70% até 2050.

A liderança do Brasil no debate internacional sobre a transição para uma economia de baixo carbono também deve ser recuperada.

Precisamos sair da posição de país com direito de poluir, do ponto de vista da justiça global, e assumir a postura de país capaz de se desenvolver com pouca emissão de CO₂. Dessa forma, podemos verdadeiramente demonstrar participação relevante num tema de impacto para toda a humanidade.

Quadro Para Combater as Mudanças Climáticas (pg. 93)

- Estabelecer uma governança robusta para agenda climática no Brasil com base na criação de dois órgãos: o Conselho Nacional de Mudanças Climáticas, com participação de governo federal, governos estaduais, academia e sociedade civil, visando a orientar, implementar e monitorar a Política Nacional de Mudanças Climáticas; e a Agência de Clima, que terá o objetivo de coordenar a regulação e a adoção da Política e do Plano Nacional de Mudanças Climáticas;
- Implementar uma Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento pela Descarbonização da Economia, com metas de curto, médio e longo prazos para emissões brasileiras com vistas a chegar a 2050 com emissão per capita menor que duas toneladas de CO₂ por habitante por ano;
- Garantir a inserção da mitigação de emissões e a adaptação às mudanças climáticas nas políticas públicas, em especial as políticas econômicas, fiscal, industrial, energéticas, florestal, da gestão de resíduos, da agricultura e de infraestrutura;
- Implementar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões e outros mecanismos para introduzir a precificação das emissões de gases de efeito estufa no Brasil;
- Ampliar o sistema de monitoramento de desmatamento, degradação e mudanças na cobertura do solo e estabelecer metas de cobertura florestal e estoque de carbono mínimo a fim de estancar a perda florestal no Brasil;
- Incentivar a agropecuária brasileira a adotar práticas de Agricultura de Baixo Carbono nos planos-safra anuais e a desenvolver programas de compensação financeira que beneficiem comunidades tradicionais e agricultores familiares por serviços de preservação de recursos naturais e de conservação da biodiversidade.

Item 5. Novo Urbanismo, Segurança Pública e o Pacto Pela Vida



Política Habitacional (pg. 172)

O pacto pela vida começa com uma consistente política habitacional, que combata os guetos de pobreza com moradias sustentáveis, em bairros com infraestrutura.

Quadro Como Melhorar a Habitabilidade nas Nossas Cidades (pg. 175)

- Criar o Programa Nacional de Economia Energética em conjuntos habitacionais, oferecendo alternativas de iluminação de baixo impacto ambiental e energético e equipando 1 milhão das casas com sistemas e painéis de energia fotovoltaica.

Item Conjugar esforços públicos e privados para acabar com o atraso. Estabelecer prazos firmes para conclusão de obras. Capacitar técnicos para fazer a gestão dos planos com rigor.

Quadro Pela Saúde de Nossas Cidades (pg. 177)

- Incentivar e apoiar estudos de melhoria das técnicas de tratamento de esgotos – incluindo pesquisas sobre o uso das microalgas para diminuir emissão de gás carbônico e para gerar energia.

Item Inovar na fabricação de embalagens e produtos. Instalar centros de triagem de resíduos sólidos. Avançar com a logística reversa, que obriga o fabricante a recolher o que produziu.

Quadro Coletar Resíduos, Reciclar, Incluir os Catadores (pg. 181)

- Apoiar estados, municípios e consórcios de regiões metropolitanas no desenvolvimento de sistemas de geração de energia a partir da coleta e do tratamento de resíduos sólidos.

Item Mobilidade Urbana

Quadro Novas Prioridades para o transporte Urbano (pg. 188)

- Criar um programa federal de investimento, financiamento e desoneração da frota de ônibus urbanos acessíveis e de veículos movidos com combustíveis limpos, beneficiando-os nas políticas de isenção e de desoneração de impostos;
- Investir no desenvolvimento científico e tecnológico de matrizes energéticas mais limpas e eficientes para o transporte público coletivo.

Pastor Everaldo

Documento “Plano de Governo – Partido Social Cristão – Brasil” (acessível em <http://www.psc.org.br/pastor-everaldo/programa-de-governo>)

Economia de Baixo Carbono



Eixo Energia

Item II (pg. 7) Desestatização e abertura do mercado para produção e distribuição de energia, com ênfase na variedade de matrizes para seu barateamento, especialmente onde o Brasil possui grande abundância de matérias-primas, como energia solar, hidrelétrica, eólica, nuclear e biomassa.

Eixo Meio Ambiente

Item IV. (pg. 7)

Buscar meios de premiar economicamente a compensação ambiental praticada pelo setor privado e incentivar a substituição das tecnologias poluentes através da abertura de crédito de fácil acesso.

Política Nacional sobre Mudança do Clima

Eixo Energia

Item II (pg. 7) Desestatização e abertura do mercado para produção e distribuição de energia, com ênfase na variedade de matrizes para seu barateamento, especialmente onde o Brasil possui grande abundância de matérias-primas, como energia solar, hidrelétrica, eólica, nuclear e biomassa.

Eixo Meio Ambiente

Item IV. (pg. 7)

Buscar meios de premiar economicamente a compensação ambiental praticada pelo setor privado e incentivar a substituição das tecnologias poluentes através da abertura de crédito de fácil acesso (mencionado, também, em Economia de Baixo Carbono).